Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Diretoria de Assistência ao Plenário

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
DE 2 DE FEVEREIRO A 22 DE DEZEMBRO DE 2017**

106ª SESSÃO ORDINÁRIA

ORDEM DO DIA

PARA O DIA 31 DE OUTUBRO DE 2017

TERÇA-FEIRA

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 324/16.

AUTORIA DO DEPUTADO EVANDRO JUNIOR.

ALTERA A LEI Nº 15.608 DE 16 DE AGOSTO DE 2007, QUE ESTABELECE NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E CONVÊNIOS NO ÂMBITO DOS PODERES DO ESTADO DO PARANÁ.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E ASSUNTOS MUNICIPAIS E PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 498/16.

AUTORIA DO DEPUTADO PAULO LITRO.

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO AO DOADOR DE SANGUE DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS REALIZADOS PELO ESTADO DO PARANÁ.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J, COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 395/17.

AUTORIA DO DEPUTADO RASCA RODRIGUES.

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS ANIMAIS DE TERRA RICA BICHO BOM, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE TERRA RICA.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J E COMISSÃO DE ECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO AOS ANIMAIS.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 542/17.

AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – OFÍCIO Nº 1187/2017.

ALTERA OS ARTIGOS 14 E 16 DA LEI Nº 14.277, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 - CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ.

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 577/17.

**AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 76/2017.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO
DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO MUNICÍPIO DE
SERTANÓPOLIS.**

**PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE OBRAS
PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.**

EMENDA DA C.C.J.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 632/17.

**AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 84/2017.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO EFETUAR A CESSÃO DE
USO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO MUNICÍPIO DE
SALTO DO LONTRA.**

**PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE OBRAS
PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 403/17.

AUTORIA DA DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI.

**CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À
ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES DOS ANIMAIS
INDEPENDENTES, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE CAMPO
MOURÃO.**

**PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE
ECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO AOS ANIMAIS.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 605/17.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 80/2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 606/17.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 81/2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 621/17.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 82/2017.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2º DA LEI Nº 16.329, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO A EFETUAR DOAÇÃO DE IMÓVEIS AO MUNICÍPIO DE SARANDI.

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA

VETO Nº 28/17, AO PROJETO DE LEI Nº 68/15.

AUTORIA DO DEPUTADO GILSON DE SOUZA.

PROÍBE A PRÁTICA COMERCIAL DE RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR ASSINATURA.

COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA

VETO PARCIAL Nº 29/17, AO PROJETO DE LEI Nº 225/16.

AUTORIA DO DEPUTADO RASCA RODRIGUES.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, O MANEJO, O COMÉRCIO E O TRANSPORTE DE ABELHAS SOCIAIS NATIVAS (MELIPONÍNEOS).

COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.